

## PEDAGOGIA SOCIAL EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

### Licenciatura em Pedagogia

Período: 7º

### Orientador

Professora Doutora Lidianne Camila Lourençato

### Autores

Ana Caroline Moura dos Santos  
Bruna Carolina Vieira de Souza  
Fernanda Claudino Clusosak  
Loren Stefany Freitas Padilha  
Thaiz Pietra Martinhago

### RESUMO

*Esta pesquisa consiste na compreensão de como ocorre a formação e qual é o papel do pedagogo e do educador social dentro de instituições de acolhimento, buscando compreender a sua função dentro da sociedade, identificando o papel e a importância dos profissionais que atuam na área. Para a realização do artigo foi utilizado de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e auxílio de um questionário para compor a contextualização. Com a análise de dados foi possível compreender a atuação do profissional, sua vivência diária e os desafios encontrados no ambiente, proporcionando um resultado significativo e esclarecedor sobre o contexto abordado. A pedagogia em instituição de acolhimento possui importâncias dentro da sociedade, pois assegura o atendimento as crianças e adolescentes que se encontram em estado de vulnerabilidade, para que seus direitos não sejam violados. Em suma, os profissionais prestam auxílio e contribuem no crescimento do local de atuação e das pessoas que por ali ficam um tempo acolhidas, determinado por prescrição superior.*

**Palavras-chave:** 1 – Profissionais 2 - Pedagogo. 3 - Educador Social. 4 - Instituição de acolhimento. 5 - Formação.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade se fecha no tabu de que a formação em pedagogia serve apenas para a atuação em escolas, podendo exercer o papel de pedagogo, professor, diretor, entre outros. A pedagogia é uma formação que tem como intuito educar e possibilitar jovens e crianças a terem um conhecimento ou até mesmo uma qualidade de vida melhor. Este processo de aprendizagem não ocorre apenas em espaços escolares, pois é uma área que possui ampla atuação em diferentes segmentos, como hospitais, empresas, presídios, editoras, entre outras áreas.

O tema que este artigo aborda é a pedagogia social em instituições de acolhimento, visando a ideia da pedagogia em espaços não-escolares, já que a formação em pedagogia não abrange apenas os espaços escolares. O artigo busca compreender como ocorre a formação e qual é o papel de pedagogos/educadores sociais dentro de instituições de acolhimento das cidades de São José dos Pinhais e Pontal do Paraná, durante o ano de 2021.

No desenvolver do artigo será possível entender a função das instituições de acolhimento dentro da sociedade, a identificação do processo de formação de um pedagogo e/ou educador social, a importância e o papel exercido pelos mesmos nas instituições de acolhimento;

Dentre todas as atuações da área de pedagogia existe o pedagogo/educador social que exerce seu trabalho em instituições de acolhimento, onde ele possui o compromisso de desenvolver trabalhos sociais para crianças e jovens que se encontram em risco e vulnerabilidade, auxiliando essas crianças/jovens a serem inseridas em uma sociedade com seus direitos sendo respeitados, conforme estabelecido e defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), gerando assim uma qualidade de vida.

### Segundo Pereira

O exercício da profissão de educador social não se apoia no desejo caritativo, nem mesmo no dom ou no sentimento de misericórdia para com as pessoas desvalidas, miseráveis, usurpadas em seus direitos, mas na formação orgânica que luta para transformar as condições opressoras dessas pessoas. PEREIRA (2015, p.95)

O educador social é o mediador do conhecimento, porém o seu papel com uma determinada criança poderá não ter uma longa durabilidade, pois algumas crianças e adolescentes acabam ficando por um prazo pequeno de tempo dentro da instituição, podendo ser um tempo indeterminado ou incerto, devida a situação que ela enfrentará, mas o educador poderá obter um bom resultado se executado com êxito.

O projeto tem como finalidade entender e compreender melhor o papel e a formação do pedagogo e/ou educador social em instituições de acolhimento, buscando compreender a importância e a contribuição desses profissionais na sociedade que muitas vezes não recebem devido reconhecimento pelo trabalho de suma importância que realizam na vida de crianças e adolescentes em situações vulneráveis. Foi escolhido para desenvolver o projeto as cidades de São José dos Pinhais e Pontal do Paraná, devido à proximidade de profissionais que atuam nestas

localidades que auxiliariam no desenvolvimento da pesquisa a partir das respostas dadas em um questionário produzido para a análise.

Esta pesquisa utiliza como metodologia a abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica e documental, contendo também um questionário que, como já citado, foi realizado com dois profissionais atuantes na área da pedagogia em instituições de acolhimento, onde os mesmos exercem a função de pedagogo e educador social.

75

Em relação a organização do artigo, o mesmo apresenta em seu desenvolvimento a introdução ao tema da pedagogia social em instituições de acolhimento, onde a mesma se reportará à diversos autores referentes ao tema abordado. Posteriormente está apresentada as metodologias científicas utilizadas para o melhor desenvolvimento do artigo, chegando então na análise de dados realizada através das respostas do questionário, sendo fundamentada com as pesquisas bibliográficas já utilizadas, reforçando as ideias apresentadas sobre o tema.

## 2. DESENVOLVIMENTO

O curso de pedagogia possibilita o profissional atuar em diferentes áreas. Para Leal (2017, p. 28), “os profissionais que atuam nesses espaços precisam se apropriar das leis e dos demais documentos que reconhecem o direito à educação como garantia fundamental”. A sua grade curricular contempla artigos, leis e pesquisas de campo que ampliam o conhecimento do acadêmico e futuro pedagogo.

A pedagogia em instituições de acolhimento está incluída na educação não-formal, que se define na educação fora dos espaços escolares, tais como hospitais, presídios etc. A educação não formal possibilita um leque de oportunidades e um olhar necessário de um pedagogo dentro de um espaço fora do contexto escolar. Segundo Gohn (2006)

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social. (MARIA GOHN, 2006, não p.)

Na instituição de acolhimento a educação está presente, porém não de modo formal, pois desenvolve a educação tanto nas casas lares ou nos abrigos, onde a educação é de suma importância, sempre levando em consideração que o acesso à educação não ocorre dentro da escola apenas.

A assistência à infância começou a ser desenvolvida, no Brasil juntamente com sua colonização. Ela foi criada pelos jesuítas, que queriam “civilizar” as crianças indígenas

(CHAMBOULEYRON, 2000). No século XVIII, começaram a ocorrer abandono de crianças, pois as famílias, por não obter recurso financeiro, acabavam por abandonar as crianças. Em virtude destes atos foram desenvolvidas instituições de acolhimento, conhecida também como Casa dos Expostos (GOHN, 2009).

Na época, as famílias que possuíam terras e casarões recorriam a essas casas de acolhimento para buscar uma criança, pois era de bom tom pegar criança para “criar”. Segundo Marcílio (2006), desta forma conseguiam diminuir o custo financeiro e efetivavam os serviços domésticos, além dos escravos. Ainda era retratado um quadro totalmente diferente do atual, ele conta que na época não era crime o abandono de incapaz, pois em sua visão era um norte para outras pessoas desenvolverem a compaixão, fazendo com que fossem salvas por cristo (MARCÍLIO, 2006).

A instituição tem como intuito proteger a criança ou adolescente que está em risco de vulnerabilidade, devolvendo a permanência na sociedade com seus direitos garantidos, sendo eles: econômicos, sociais e culturais. Segundo a Secretária Especial do Desenvolvimento Social as instituições de acolhimento

São serviços que acolhem Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família. (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015, não p.).

Quando é identificada ou denunciada alguma negligência familiar cabe ao setor responsável, no Art. 136 (2009, p 76) do ECA Conselho Tutelar II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII. Os responsáveis são encaminhados para equipe de apoio, para obter tratamento se necessário. O artigo 130 da Lei nº 12.415 defende que

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependente do agressor. (INCLUÍDO PELA LEI nº 12.415, de 2011).

Desde modo são tomadas medidas protetivas por determinação judicial, onde as crianças e adolescentes ficam residindo temporariamente conforme a determinação do juiz. Para o Estatuto da Criança e Adolescente (2016, p. 52) o art. 86: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. De acordo com Berger

Os abrigos são instituições que devem acolher crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e devem atendê-los sob a guarda dos dirigentes institucionais, sendo os mesmos reconhecidos como guardião. (BERGER APUD SILVA, 2006, p.52).

A instituição deve acolher a criança ou adolescente, cuidar e zelar pela sua vida de maneira integral, garantindo os seus direitos. Todo o processo deve ser relatado e documentado de maneira técnica com prudência.

O acolhimento institucional é considerado uma medida de proteção, onde Adrião (2013, p. 11) explica que, “acolhimento Institucional é definido como atendimento institucional a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser afastados, temporariamente, da convivência familiar”, proporcionando, momentos prazerosos sem privar nenhum direito da criança.

Existem duas formas de acolhimento social para crianças e adolescentes no Brasil: os abrigos e as casas-lares. A Secretaria Especial do Desenvolvimento Social explica como ocorre e como são essas duas formas de acolhimento

**Abrigo:** Acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.

**Casa-Lar:** Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes por unidade, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015, não p.).

As crianças/adolescentes ficam acolhidas em abrigos/casa lar aguardando as conclusões dos processos judiciais, podendo permanecer nas instituições ou retornar à família.

A instituição de acolhimento possui uma equipe de profissionais capacitados, dentre eles o educador social e o pedagogo. O educador social auxilia nos cuidados básicos como: alimentação, higiene, proteção, afeto e acompanhamento com atividades externas da instituição. Segundo as orientações e técnicas para acolhimento de crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 66), “para atuar na instituição de acolhimento como educador/cuidador, é necessário obter uma formação mínima, como nível médio e capacitação específica, desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes”.

É necessário obter um ambiente organizado (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente), desenvolvendo a criança como um todo. Segundo orientações e técnicas para acolhimento de crianças e adolescentes (2000, p. 79) a função do pedagogo/educador social é “auxiliar à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade”.

Os documentos “serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” explica no sobre o período do acolhimento e o que ele deve buscar desenvolver, onde diz que “Durante o período de acolhimento deve-se favorecer a construção da vinculação de afeto e confiança com a equipe técnica, educador/cuidador ou família acolhedora e colegas.”. Também complementa que é de suma importância que, ao longo do acolhimento, a criança e ao adolescente tenham acesso ao

diálogo com a equipe técnica ou com o educador que está atuando na instituição, servindo também para as famílias acolhedoras, na qual a criança ou adolescente acolhido deve discorrer sobre suas impressões e os sentimentos despertados por estarem afastados do convívio familiar (SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 45).

Desta forma, percebemos que é necessário ter uma equipe que desenvolva um trabalho de qualidade e que todos tenham como interesse em comum: o bem-estar da criança e do adolescente, seguindo todas as normas documentais e que sua atuação ocorra de maneira ética e profissional.

Para Machado (2014)

O Educador Social é um profissional que atua no campo da Educação, e sua intervenção é considerada uma ação pedagógica informal, tendo em vista que ocorre fora da sala de aula, em espaços abertos ou em instituições não escolares. Sua ação atinge um grupo de pessoas e comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica (MACHADO 2014, p.153).

A Pedagogia é uma ciência que trabalha com o desenvolvimento humano por completo, por meio da qual o pedagogo e o educador social estão em constante aprendizagem através de pesquisas e estudos que ampliarão o seu conhecimento. Conforme Lira (2018)

A ideia de que a atuação do(a) pedagogo(a) não se restringe apenas ao espaço escolar, podemos notar a inserção deste profissional no contexto do acolhimento institucional como algo potencializador de processos que assegurem o Direito à Educação a crianças e adolescentes em um sentido mais amplo do que o direito à escolarização (LIRA, 2018, p. 42).

O pedagogo consegue realizar a linguagem corporal, identificar as dificuldades, elaborar e aplicar por meio de didáticas e metodologias, sanando as dúvidas e trazendo bons resultados para a instituição.

Segundo Sader (2007)

educar é um ato de formação de consciência [...]” que envolve valores, conhecimentos e necessariamente, a capacidade de compreensão; de modo que o processo educativo ultrapasse os limites da educação formal e dos espaços escolares, devendo criar condições para que se rompa com a visão alienada e se caminhe em direção à compreensão crítica de si, do mundo e da inter-relação de ambos (SADER, 2007, p. 80).

Este profissional consegue desempenhar um trabalho de qualidade, criando e desenvolvendo seus projetos, avaliações e documentações, onde as crianças terão seus direitos garantidos, quebrando os paradigmas de mediocridade. Sendo assim, o pedagogo vê a criança como um todo, sem fragmentar os seus conhecimentos e valores.

O intuito das instituições de acolhimento é proporcionar acolhimento as crianças que estão em vulnerabilidade, na qual o pedagogo/educador social possui papéis significativos na vida de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados.

Buscando compreender melhor o assunto, foi realizada uma pesquisa científica, para sanar as dúvidas que ainda restam sobre as instituições de acolhimentos e os profissionais que nelas atuam. Em virtude disso, metodologias serão utilizadas para ampliação do tema trabalhado.



A metodologia científica é importante para a realização e desenvolvimento de trabalhos científicos, pois ela visa estudos, métodos e instrumentos para que a pesquisa ocorra de forma gradativa, objetivando a solução de problemas e o desenvolver teórico de assuntos a serem abordados durante a realização do trabalho proposto. Oliveira e Valença explicam que a metodologia é onde se indica o tipo de pesquisa que será utilizada no trabalho e as etapas que serão realizadas (OLIVEIRA E VALENÇA, 2015).

Severino explica que (2007, p.118) “várias são as modalidades de pesquisa que se podem praticar, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica, para o seu adequado desenvolvimento”. Sendo assim, para o desenvolvimento e busca de saberes este trabalho será composto pelas pesquisas bibliográfica, qualitativa e documental, além de um questionário que será realizado com indivíduos atuantes na área das instituições de acolhimento, com formação em pedagogia. Esses métodos foram selecionados pelo motivo de serem ferramentas de pesquisa importantes e que serviram de auxílio e base para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

A pesquisa bibliográfica é elaborada através de documentos já existentes, retirados de artigos científicos e livros. Foi escolhido este método de pesquisa, por ser um meio eficiente na busca de informações. Segundo Severino

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, antigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122).

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica ocorre através de livros de referências, que podem ser: dicionários, enciclopédias, entre outros. Onde estes livros têm como objetivo possibilitar uma pesquisa rápida obtendo as informações pretendidas. Para Gil (2002, p.44) “dessa maneira, pode falar em dois tipos de livros de referência: livros de referência informativa, que contém a informação que se busca, e livros de referência remissiva, que remetem a outras fontes”.

A pesquisa documental é realizada a partir do uso de informações de documentos oficiais ou documentos pessoais, também podem ser incluídos como documentos: jornais, diários, publicações estatísticas do governo, fotografias, fitas etc. Deste modo, a pesquisa ocorrerá a partir de documentos oficiais, leis, publicações, entre outros. Segundo Pádua

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p.62)

O trabalho ocorreu visando o método de pesquisa qualitativa, na qual informações e levantamento de dados foram realizados através da perspectiva dos participantes, que responderão aos questionários, diferente do método quantitativo, que visa apenas as estatísticas e a parte numérica. Segundo Zanella (2013, p.99) a pesquisa qualitativa, “preocupa-se em conhecer a

realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados”. O autor explica que a pesquisa é baseada na coleta de dados, é descritiva pelo fato de descrever os fenômenos, a preocupação é o processo e não necessariamente o resultado, a compreensão vem a partir do ponto de vista dos participantes, entre outras características. (ZANELLA, 2013).

Foi utilizado um questionário aberto para ampliar as ideias, abordando assuntos relevantes para compreender um pouco como os profissionais trabalham na unidade de São José dos Pinhais e Pontal do Paraná. Criar um questionário é, portanto, um processo complexo que abarca a redação de questões e itens (as perguntas), a ordem das questões, a apresentação, a administração (aplicação) e a coleta (MURRAY, 1999).

Este questionário obteve a função de desenvolver perguntas para sanar as dúvidas das acadêmicas, pois Rattray e Jones dizem que grande parte das informações utilizadas em pesquisas são acessadas por meio de questionários. Para além do âmbito acadêmico, a utilidade dos questionários tem sido verificada na prática clínica, educacional e organizacional (RATTRAY; JONES, 2007).

Ao recolher os formulários, foi verificada as respostas coletadas e as mesmas foram alinhadas de maneira que amplifique o conhecimento. O pressuposto principal de um questionário é a garantindo a precisão na verificação dos objetos de investigação (HAIR et al., 2005; MALHOTRA, 2011).

Ao analisar o questionário podemos observar que foi de grande valia ampliar o conhecimento, seguindo uma linha de ideias e conhecimentos eficazes e concretos para que o artigo seja benéfico. “Para que tenham utilidade, os questionários devem produzir medidas fidedignas e válidas de variáveis demográficas e de diferenças individuais em escalas de autoavaliação” (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2012, p. 173).

Para realização da nossa pesquisa foi elaborado um questionário para dois profissionais atuantes na instituição de acolhimento. A profissional (A) atua a 4 anos em uma instituição de acolhimento e possui formação em Pedagogia. Já a profissional (B) atua a 3 anos em uma instituição de acolhimento, possui formação no Magistério e Pedagogia.

A primeira pergunta realizada foi “quais experiências exercidas como pedagogo/educador social?”

Para esse questionamento as profissionais responderam:

(A) “São muitas experiências, difícil até descrever, mas a que posso citar em primeiro lugar é o crescimento pessoal diante das dificuldades enfrentadas e escolhas tomadas que tiveram êxito, garantindo assim a proteção dos menores que sofreram violências e abusos, foram negligenciados, tiveram seus direitos violados, porque estavam em situação de vulnerabilidade e as de decisões adotadas mudaram este quadro”.



(B) “Acolher as crianças e adolescentes em situação de negligência ou maus tratos para que elas se sintam bem mesmo estando em um ambiente diferente que não é seu lar”.

Conforme as respostas obtidas, observa-se a relação com a ideia de Machado (2014), ao ressaltar que o Educador Social atua no campo da educação, assim a sua ação é considerada informal, pois não ocorre dentro de sala de aula, mas sim em espaços abertos, que não sejam escolares. Educador Social possui contato com indivíduos e comunidades em situação de risco, vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica.

81

Dando continuidade ao questionário, perguntamos “qual o papel do educador social/pedagogo na instituição de acolhimento?”:

Como resposta a essa pergunta obtivemos:

(A) Na instituição de acolhimento o pedagogo é o gestor, aquele que coordena e fiscaliza se o trabalho da equipe está ocorrendo de forma adequada, é quem responde pela instituição.

(B) Acolher, cuidar e orientar crianças e adolescentes na instituição de acolhimento.

Após análise, foi observado que, segundo Orientações e Técnicas para Acolhimento de Crianças e Adolescentes (2000), o pedagogo/educador social deve auxiliar os indivíduos presentes na instituição de acolhimento, lidando assim com sua história de vida e com o fortalecimento para construção da autoestima e identidade.

Seguindo, foi realizada a seguinte indagação “na sua concepção, quais são as contribuições do pedagogo/educador social dentro das instituições de acolhimento?”

Conforme está indagação, foi obtido a resposta:

(A) A meu ver o pedagogo contribui devido o conhecimento que considera o sujeito e sua vivência no meio que está inserido, visto que a pedagogia é a ciência que tem a educação como objeto de estudo, não consideramos apenas o comportamento, mas sim o sujeito e suas subjetividades, o pedagogo é o gestor aquele que fiscaliza e organiza o funcionamento da instituição.

(B) Vai além de dar atendimento, o profissional (educador social/pedagogo) acaba fazendo parte da família das crianças/adolescentes que são acolhidos.

Ao verificar as respostas, pode constatar que para Leal (2017) a efetiva atuação nas instituições de acolhimento, os profissionais devem obter conhecimentos referentes as leis e documentos que defendam o direito à educação, onde a mesma é uma garantia fundamental para a vida dos indivíduos ali inseridos.

A próxima pergunta realizada foi “qual a importância da instituição para as crianças/adolescentes?”

Para está indagação as profissionais responderam:

(A) A instituição é importante para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vítimas de violências e abusos e negligências por parte dos responsáveis, desta forma estão protegidos e seguros, tanto que muitos preferem permanecer no abrigo.

(B) A importância da instituição na vida das crianças/adolescentes se dá na necessidade de ser tirada de um local onde estava sofrendo maus tratos e tendo seus direitos negligenciados.

Em concordância, a Secretária Especial do Desenvolvimento Social (2015) argumenta que as instituições de acolhimento têm como objetivo acolher crianças e adolescentes que se encontram em medidas protetivas por prescrição superior, devido a violação dos direitos, podendo ser o abandono, negligência ou violência e até mesmo pela impossibilidade de cuidado e proteção de sua família.

Dando sequência ao questionário, foi perguntado “Quais foram os desafios encontrados na instituição durante sua atuação?”.

Para este questionamento foi respondido:

(A) A falta de políticas públicas adequadas para que os profissionais possam oferecer auxílios que de fato ajudem as famílias.

Conforme as respostas, pode notar que o Estatuto da Criança e Adolescente (2016) o art. 86: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

(B) Os desafios são muitos, porque a cada criança/adolescente abrigado é uma de vida e sofrimento diferente e nós não podemos levar essas dores para casa ou para a nossa vida, temos que separar os sentimentos, mas é difícil não querer tomar a dor deles para nós.

De acordo com as argumentações, obtive concordância com a ideia dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) que explica sobre o período de acolhimento que deve contribuir com a construção, vinculação do afeto e confiança com a equipe, educador social, família e colegas.

Para finalizar, o último questionamento foi “qual é a forma de acolhimento social trabalhada na instituição de acolhimento onde atua? Casa-Lar ou abrigo?”

Nesta questão obtivemos o seguinte retorno:

(A) O serviço de acolhimento previsto pela política de assistência social, configura-se como uma opção de proteção à criança e adolescente, cujo objetivo é a reintegração familiar e reduzir as reincidências das situações de risco, de modo que busca atuar no sentido de preservar a vida em família. É abrigo institucional (alta complexidade) acolhe crianças/adolescentes que necessitam de medida protetiva, vem pelo poder judiciário e/ou ministério público a homologação do acolhimento por parte do conselho tutelar.

(B) No abrigo de passagem, os abrigados são retirados da casa dos familiares pelo Conselho Tutelar e levados até o abrigo onde teoricamente ficariam um pequeno período, mas na realidade não é o que acontece.

As participantes citaram os abrigos, com isso é possível realizar uma relação com o pensamento defendido por Berger (APUD SILVA, 2006) de que os abrigos devem acolher crianças/adolescentes que se encontram sem a tutela de seus familiares, sendo assim, os acolhidos ficam sob a guarda dos profissionais da instituição que podem ser considerados os guardiões das mesmas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a instituição de acolhimento se torna importante na vida de crianças e adolescentes que se encontram em situações de violação de seus direitos, podendo ser por abandono, negligência, violência, vulnerabilidade social e até mesmo pela inviabilidade dos cuidados de pais ou responsáveis dos indivíduos, como defendido pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2015).

A instituição de acolhimento oferece e proporciona os cuidados necessários aos acolhidos, no qual seu objetivo é zelar e cuidar da vida de crianças e adolescentes de maneira integral, devolvendo aos mesmos aquilo que lhes foi tirado: seus direitos. Durante a estadia, os indivíduos ali inseridos recebem apoio especializado de pedagogos e educadores sociais, sendo profissionais capacitados para realizar um acolhimento efetivo e significativo, sabendo lidar com as diversas situações que serão encontradas dentro das instituições de acolhimento.

As orientações e técnicas para acolhimento de crianças e adolescentes (2009) esclarecem que, para a atuação nas instituições de acolhimento, é necessária uma formação mínima, onde a preferência é que se tenha uma experiência com atendimento de crianças e adolescentes. Percebe-se então que a formação de um pedagogo e/ou educador social para a atuação em instituições de acolhimento é mínima, como por exemplo, nível médio e mais uma capacitação específica que abranja a formação de um indivíduo com experiência no atendimento de crianças e adolescentes, o que foi possível observar na participação das profissionais no questionário respondido, onde a profissional (A) é formada no curso de Pedagogia e a profissional (B) possui formação em Magistério e Pedagogia.

Constata-se deste modo que a formação em Pedagogia é importante e auxiliadora no desenvolvimento do trabalho realizado dentro de instituições de acolhimento, sendo importante, devido ao entendimento e a experiência que a formação proporciona na relação com crianças e adolescentes.

Como já citado, os profissionais que atuam nessa área são pedagogos e educadores sociais. O educador social age informalmente na parte educacional, pois sua ação ocorre fora da sala de

aula, sendo assim, ele sempre auxilia nas atividades educacionais que a escola que o acolhido está devidamente matriculado, passa. Ele também auxilia os acolhidos nos cuidados pessoais, onde Machado (2014) explica que a ação do educador social irá atingir indivíduos e comunidades que se encontram em situações de risco, vulnerabilidade e exploração, podendo ser física ou psicológica. Já o pedagogo social é o gestor responsável pelo atendimento direto com a criança/adolescente e até mesmo com as famílias deles, pois ele acompanha o desenvolvimento de cada indivíduo, juntamente com o educador social, além de executar toda a parte de fiscalização e funcionamento da instituição.

Além de seus papéis específicos a serem exercidos dentro das instituições de acolhimento, o educador social e o pedagogo devem sempre estar a par das leis, documentos e estatutos que defendam os direitos das crianças e adolescentes, principalmente na parte educacional, onde os mesmos devem sempre considerar o sujeito e suas subjetividades, proporcionando um acolhimento agradável e zeloso, sendo sempre o ouvinte dos acolhidos e orientador geral, entendendo sempre que aquele indivíduo passou por momentos aflitivos e que precisa de afeto e apoio, que muitas vezes só pode ser ofertado por esses profissionais durante o tempo que a criança/adolescente ficará acolhido.

Através do desenvolvimento deste trabalho, com questionários, referências bibliográficas, Estatutos e Leis no seu desenvolvimento, foi possível entender de forma integral a funcionalidade das instituições de acolhimento e o papel exercido pelos profissionais atuantes, respondendo a problemática formada ao início do trabalho e das pesquisas, na qual a análise documental foi uma grande fornecedora de referências e apoio para o desenvolvimento da pesquisa.

Vários autores foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa, e proporcionaram diversas ideias, auxiliando no desenvolvimento dos objetivos e trazendo mais tópicos e norte sobre os temas abordados.

O retorno dos questionários acabou não sendo totalmente efetivo, pois o mesmo foi enviado para quatro profissionais da área de instituições de acolhimento e apenas dois foram retornados. Entretanto os retornos obtidos foram suficientes para que as análises de pesquisa e seu desenvolvimento fosse realizado.

Em suma, é possível perceber a importância de ambos os profissionais dentro das instituições de acolhimento, pois prestam auxílio e contribuem no crescimento do local de atuação e das pessoas que ali passam algum tempo acolhidas, tempo esse indeterminado ou até mesmo determinado por juízes e superiores.

Além do mais, é visto que as instituições de acolhimento são locais que desenvolvem um papel essencial na vida de menores que estão passando por momentos conturbados e vulneráveis, e que encontram dentro das instituições, o apoio e a esperança de um futuro melhor, com

oportunidades que surgirão e o reconhecimento de que seus direitos devem ser respeitados, independente da situação em que estão inseridos.

#### 4. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social.** São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescentes. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14154/1/DOSL27112018.pdf>>. Acesso em: 14 de abril de 2021 às 17:35.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, julho de 2009.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA.** 4º ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Disponível em: <[https://nead.ielpr.org.br/ead/pluginfile.php/566036/mod\\_resource/content/0/GIL%20-%20Como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20%282002%29.pdf](https://nead.ielpr.org.br/ead/pluginfile.php/566036/mod_resource/content/0/GIL%20-%20Como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20%282002%29.pdf)>. Acesso em: 22/04/2021 às 22h46min.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social.** Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, an.1, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19/04/2021 às 14h26min.

GUEDES, Carina, Ferreira; SCARCELLI, Ianni, Regia; **Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000500007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500007)>. Acesso em 15/04/2021 às 15h45min. <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>>

HAIR, Joseph et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Bookman Companhia Ed, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar em Revista, n. 17, 2001. Curitiba: UFPR. p. 153-176

LIRA, D. O. S. **O papel do(a) pedagogo(a) em casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: do assistencialismo ao direito à educação.** Editora UFPB, João Pessoa, p. 42. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14154/1/DOSL27112018.pdf>>. Acesso em 16/04/2021 às 14h45min.

MACHADO, R. S. **Pedagogia, Pedagogia social e educação social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades.** Interfaces Científicas – Educação, Aracaju, V.3, N.1, p. 11 – 20, out, 2014.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: foco na decisão.** 3ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Motti, A. J. Â.; Santos, J. V. **Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades.** Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/redes\\_protecao\\_social.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf)>. Acesso em 14/04/2021 14h30min.

MURRAY, P. **Fundamental issues in questionnaire design**. Accident and Emergency Nursing, v. 7, n. 3, p. 148-153, 1999.

OLIVEIRA, T. A. B.; VALENÇA, Kleber F. P. **A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior**. Sergipe: Educerce/UFS, 2015.

PIANA, M, C. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional**. São Paulo. Editora UNESP. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>>. Acesso em 19/04/2021 às 17h45min.



RATTRAY, J.; JONES, M. C. **Essential elements of questionnaire design and development**. Journal of Clinical Nursing, v. 16, n. 2, p. 234-243, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens**. Agosto de 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>>. Acesso em 14/04/2021 às 18h41min.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed., São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <[https://nead.ielpr.org.br/ead/pluginfile.php/566806/mod\\_resource/content/0/Antonio-Joaquim-Severino-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-pdf.pdf](https://nead.ielpr.org.br/ead/pluginfile.php/566806/mod_resource/content/0/Antonio-Joaquim-Severino-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-pdf.pdf)>. Acesso em: 22/04/2021 às 22h41min.

SILVA, E. R. A.; AGUINO, L. M. C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**: IPEA, Políticas sociais-acompanhamentos e análise. 11, agosto, 2006.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. AMGH Editora, 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.